



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5010110-30.2015.4.04.7200/SC

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

APELANTE: DANIEL MEDEIROS MOREIRA (AUTOR)

ADVOGADO: FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA STOCKINGER

APELADO: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS (RÉU)

APELADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PETROBRÁS. AÇÕES. DESVALORIZAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA CLÁUSULA ARBITRAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DO ACIONISTA MINORITÁRIO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL COM RELAÇÃO À ANÁLISE DE PEDIDO CONTRA A SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

1. Ação por meio da qual a parte autora busca a condenação da União e da Petrobrás ao pagamento de indenização em virtude da desvalorização das ações da segunda ré, alegando que, em razão dos ilícitos apurados na Operação Lava-Jato, as ações da companhia perderam valor. Sustentou a responsabilidade da União, na condição de acionista controladora, bem como a responsabilidade objetiva da Petrobrás pelos prejuízos verificados.

2. Como na presente ação questiona-se decisões da União como controladora da empresa, decorrente de deliberações em assembléia geral, não há que se cogitar da aplicação da arbitragem para solver a controvérsia, com base no artigo 58, parágrafo único, do estatuto da Petrobrás.

3. O Superior Tribunal de Justiça, na interpretação do artigo 159 da Lei 6.404/76, firmou entendimento de que a ação contra o acionista controlador deve ser promovida pela companhia, na forma dos §§ 3º e 4º da mencionada lei. O tribunal entendeu que o acionista minoritário não pode postular contra a companhia por prejuízos indiretos, uma vez que a ação individual prevista no § 7º do mesmo artigo somente é cabível em caso de prejuízo direto, o que não ocorre no caso dos autos, em que o prejuízo foi da companhia e apenas

indiretamente do acionista. Assim, é caso de extinção do processo, em relação à União, sem resolução de mérito, na forma do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

4. Com relação à Petrobras, sociedade de economia mista, a Justiça Federal não é competente para o julgamento da ação, na forma do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, o que impõe a extinção do processo por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular, com base no artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, de ofício, reconhecer a ilegitimidade ativa do autor em relação à União, extinguindo o feito sem resolução do mérito na forma do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, bem como reconhecer a incompetência do juízo federal para o julgamento do feito em relação à Petrobras, extinguindo o processo sem resolução do mérito com base no artigo 485, inciso IV, do mesmo código, prejudicada a apelação da parte autora, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 04 de junho de 2019.

Documento eletrônico assinado por **VÂNIA HACK DE ALMEIDA**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001043422v3** e do código CRC **4569472f**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): VÂNIA HACK DE ALMEIDA
Data e Hora: 5/6/2019, às 13:5:26

5010110-30.2015.4.04.7200

40001043422.V3



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5010110-30.2015.4.04.7200/SC

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

APELANTE: DANIEL MEDEIROS MOREIRA (AUTOR)

ADVOGADO: FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA STOCKINGER

APELADO: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS (RÉU)

APELADO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

RELATÓRIO

Trata-se de ação ajuizada por Daniel Medeiros Moreira contra a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) e a União, objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização por danos materiais decorrentes da desvalorização das cotas do fundo de investimento lastreado em ações da Petrobrás. A título sucessivo requereu, caso venda as cotas antes do deslinde da ação, sejam os danos apurados considerando a data e o valor da venda.

A sentença julgou improcedente o pedido e condenou a parte autora ao pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% sobre o valor da causa (R\$ 10.000,00), divididos *pro rata* a cada um dos réus. Custas na forma da lei.

Irresignada, a parte autora apelou. Em suas razões recursais, afirmou ser inaplicável a regra do artigo 159, § 7º, da Lei 6.404/76, pois esta diz respeito à responsabilidade do administrador por atos praticados, e não pela empresa por ato de seu preposto, sendo que o autor não busca a responsabilidade dos administradores, mas sim da própria Petrobrás, pelos atos ilícitos praticados por sua gestão, tratando-se, assim, de pedido fundado nos artigos 927 e 933 do Código Civil e não na Lei das Sociedades por Ações. Tecendo considerações sobre o referido artigo 159, § 7º, alegou que o acionista minoritário tem direito de ser reparado pelos danos causados pelos prepostos da companhia à luz do preceito constitucional de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei (artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal). A seu entender, como não há previsão legal para que o acionista demande a companhia apenas no caso de dano direto, argumentou que a sentença malferiu referido dispositivo constitucional, bem assim aquele que consagra a garantia de que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito. Ademais, afirmou que o artigo 159, § 7º, da Lei 6.404/76, não foi recepcionado pela atual ordem constitucional. Enfim, defendendo que a

responsabilidade do acionista controlador (isto é, a União) independe do tipo de dano causado ao acionista minoritário, se direto ou indireto, referiu ser apenas exigível, para a configuração do dever de indenizar, que o dano tenha origem no abuso de poder, o que considera existir no caso concreto diante dos notórios escândalos nos quais se envolveu a Petrobrás, por meio de seus diretores nomeados pela União com base em indicações de partidos políticos "que recebiam parte da propina cobrada na contratação de obras e compras de equipamentos, enquanto que parte era destinada aos próprios diretores, configurando-se a situação do abuso de poder", prevista no artigo 117 da Lei 6.404/76. Requereu a reforma da sentença a fim de que o pedido seja julgado procedente, com a inversão dos ônus da sucumbência.

Com contrarrazões subiram os autos.

É o relatório.

VOTO

1. Consideração Preliminar

Afasta-se a alegação de que o recurso é deserto, manifestada nas contrarrazões da Petrobrás, pois a petição de interposição foi protocolada acompanhada da guia de recolhimento respectiva (evento 68, GRU2).

2. Mérito

2.1 Cláusula Arbitral

Em que pese tenha decidido, em caso semelhante, no sentido da aplicação da cláusula arbitral, conforme previsão no artigo 58 da Lei 6.404/76 (Apelação Cível nº 5002974-58.2015.4.04.7110/RS, julgado em 11-12-2018), revisa-se esse entendimento, na forma da fundamentação que segue.

De acordo com a Lei 9.307/96, a arbitragem é admissível apenas para a solução de conflitos envolvendo direitos patrimoniais disponíveis, nos termos do artigo 1º da lei:

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

Consoante do parágrafo único do artigo 58 do Estatuto Social da Petrobrás, qualquer deliberação da União por intermédio de voto em assembléia geral configura forma de exercício de direito indisponível, não estando sujeita, portanto, à arbitragem.

Como na presente ação questiona-se decisões da União como controladora da Petrobrás, decorrente de deliberações em assembleia geral, não há que se cogitar da aplicação da arbitragem para resolver a controvérsia.

Além do mais, eventual incidência da cláusula arbitral não prescindiria de concordância expressa, "por escrito e em documento anexo ou negrito, com assinatura e visto especialmente para esta cláusula" (artigo 4º, § 2º, da Lei 9.307/96), requisitos aplicáveis aos contratos por adesão, nos termos da parte inicial do mesmo dispositivo, sob pena de ofensa à inafastabilidade da jurisdição, o que não ocorreu no presente caso.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PETROBRÁS. AÇÕES. DESVALORIZAÇÃO. INAPLICABILIDADE DE CLÁUSULA ARBITRAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DE ACIONISTA MINORITÁRIA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL COM RELAÇÃO À ANÁLISE DE PEDIDO CONTRA A SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. 1. Trata-se de ação por meio da qual a autora busca a condenação das rés ao pagamento de indenização em virtude da desvalorização das ações da segunda ré, alegando que em razão dos ilícitos apurados na Operação Lava Jato, as ações da companhia perderam o seu valor. Sustentou a responsabilidade da União, na condição de acionista controladora, bem como a responsabilidade objetiva da Petrobrás pelos prejuízos verificados. 2. Como na presente ação se questionam decisões da União como controladora da empresa, decorrente de deliberações em assembleia geral, não há que se cogitar da aplicação da arbitragem para solver a controvérsia, com fulcro no artigo 58, parágrafo único, do estatuto da Petrobrás. 3. O STJ, na interpretação do artigo 159 da Lei 6.404/76, entende que a ação contra o acionista controlador deve ser promovida pela companhia, na forma dos §§ 3º e 4º da Lei 6.404/76. Por sua vez, entende que o acionista minoritário não pode postular contra a companhia por prejuízos indiretos, uma vez que a ação individual prevista no §7º daquele artigo somente é cabível em caso de prejuízo direto, o que não ocorre no caso dos autos, em que o prejuízo foi da companhia e apenas indiretamente do acionista. 4. Com relação à Petrobras, sociedade de economia mista, a Justiça Federal não é competente para o julgamento da ação, na forma do art. 109, inc. I da CF, o que impõe a extinção do feito por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (CPC, art. 485, inc. IV). (TRF4, AC 5029634-85.2016.4.04.7100, 3ª Turma, rel.ª Des.ª Federal Marga Inge Barth Tessler, juntado aos autos em 5-12-2018)

Com essas considerações, passa-se a examinar o caso concreto, que, como visto, versa sobre pedido de indenização pela redução do valor das ações que o autor adquiriu, redução essa que teria origem em diversos atos de gestão praticados pelos órgãos administrativos da Petrobrás e, quanto à União, pela culpa na escolha dos dirigentes da petrolífera.

2.2. Ilegitimidade Ativa do Acionista Minoritário contra a Acionista Controladora (União)

Sobre a legitimidade ativa, esta 3ª Turma vem entendendo que, por ser o autor acionista minoritário da companhia e ter sofrido danos indiretos em razão dos fatos alegados na petição inicial, é ele parte ativa ilegítima, à luz do que dispõe o artigo 159 da Lei 6.404/76:

Art. 159. Compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembléia-geral, a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio.

§ 1º A deliberação poderá ser tomada em assembléia-geral ordinária e, se prevista na ordem do dia, ou for consequência direta de assunto nela incluído, em assembléia-geral extraordinária.

§ 2º O administrador ou administradores contra os quais deva ser proposta ação ficarão impedidos e deverão ser substituídos na mesma assembléia.

§ 3º Qualquer acionista poderá promover a ação, se não for proposta no prazo de 3 (três) meses da deliberação da assembléia-geral.

§ 4º Se a assembléia deliberar não promover a ação, poderá ela ser proposta por acionistas que representem 5% (cinco por cento), pelo menos, do capital social.

§ 5º Os resultados da ação promovida por acionista deferem-se à companhia, mas esta deverá indenizá-lo, até o limite daqueles resultados, de todas as despesas em que tiver incorrido, inclusive correção monetária e juros dos dispêndios realizados.

§ 6º O juiz poderá reconhecer a exclusão da responsabilidade do administrador, se convencido de que este agiu de boa-fé e visando ao interesse da companhia.

§ 7º A ação prevista neste artigo não exclui a que couber ao acionista ou terceiro diretamente prejudicado por ato de administrador.

O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o dispositivo acima, entendeu que a ação contra o acionista controlador deve ser promovida pela companhia, podendo ser suprida na forma dos §§ 3º e 4º. A corte superior entendeu que o acionista minoritário não pode postular contra a companhia por prejuízos indiretos, uma vez que a ação individual prevista no § 7º somente é cabível em caso de prejuízo direto, o que não ocorre no caso dos autos, em que o prejuízo foi da companhia e apenas indiretamente do acionista. Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E EMPRESARIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA (CPC, ART. 130). NÃO OCORRÊNCIA. SOCIEDADE ANÔNIMA. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRA ADMINISTRADOR (LEI 6.404/76, ART. 159) OU ACIONISTAS CONTROLADORES (APLICAÇÃO ANALÓGICA): AÇÃO SOCIAL UT UNIVERSI E AÇÃO SOCIAL UT SINGULI (LEI 6.404/76, ART. 159, § 4º). DANOS CAUSADOS DIRETAMENTE À SOCIEDADE. AÇÃO INDIVIDUAL (LEI 6.404/76, ART. 159, § 7º). ILEGITIMIDADE ATIVA DE ACIONISTA. RECURSO PROVIDO. 1 e 2. Omissis. 3. Aplica-se, por analogia, a norma do art. 159 da Lei n. 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) à ação de responsabilidade civil contra os acionistas controladores da companhia por danos

*decorrentes de abuso de poder. 4. Sendo os danos causados diretamente à companhia, são cabíveis as ações sociais ut universi e ut singuli, esta obedecidos os requisitos exigidos pelos §§ 3º e 4º do mencionado dispositivo legal da Lei das S/A. 5. Por sua vez, a ação individual, prevista no § 7º do art. 159 da Lei 6.404/76, tem como finalidade reparar o dano experimentado não pela companhia, mas pelo próprio acionista ou terceiro prejudicado, isto é, o dano direto causado ao titular de **ações** societárias ou a terceiro por ato do administrador ou dos controladores. Não depende a ação individual de deliberação da assembleia geral para ser proposta. 6. É parte ilegítima para ajuizar a ação individual o acionista que sofre prejuízos apenas indiretos por atos praticados pelo administrador ou pelos acionistas controladores da sociedade anônima. 7. Recurso especial provido. (REsp 1214497/RJ, 4ª Turma, rel. p/ acórdão Ministro Raul Araújo, DJe 6-11-2014)*

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E EMPRESARIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRA ADMINISTRADOR (LEI 6.404/76, ART. 159) OU ACIONISTAS CONTROLADORES (APLICAÇÃO ANALÓGICA). ILEGITIMIDADE ATIVA DE ACIONISTA. DANO INDIRETO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. RECURSO REJEITADO. 1. Não ocorrentes as hipóteses insertas no art. 535 do CPC, tampouco equívoco manifesto no julgado recorrido, não merecem acolhida os embargos de declaração nos quais se objetiva rediscutir a causa. 2. A contradição que autoriza o manejo de embargos de declaração, segundo firme orientação desta Corte, é aquela existente entre a fundamentação e o dispositivo, e não aquela relativa à interpretação dos fatos. 3. Na hipótese de dano indireto ao acionista, a restauração do patrimônio social é que levaria à recomposição dos danos dos acionistas, e não o contrário. 4. Havendo dano direto ao acionista, prevê a Lei a ação individual (LSA, art. 159, § 7º) e, quando o dano é indireto, possibilita aos acionistas minoritários ingressarem com a ação "ut singuli" (LSA, art. 159, § 4º). 5. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1214497/RJ, 4ª Turma, rel. ministro Raul Araújo, DJe 9-2-2015)

No mesmo sentido, outros precedentes do Superior Tribunal de Justiça: REsp 1002055, 4ª Turma, rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJe 23-3-2009; REsp 1014496, 3ª Turma, rel.ª Ministra Nancy Andrigli, DJe 01-4-2008; REsp 1207956, 4ª Turma, rel. Ministro João Otávio de Noronha, rel. p/ acórdão Ministro Raul Araújo, DJe 6-11-2014; REsp 1515710, 3ª Turma, rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe 2-6-2015; REsp 1207956, 4ª Turma, rel. p/ acórdão Ministro Raul Araújo, DJe 6-11-2014.

Assim, reconhece-se a ilegitimidade ativa do autor, ora apelante, na condição de acionista minoritário, para propor ação individual contra o acionista controlador, devendo ser extinta a ação sem resolução de mérito com relação à União, na forma do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

2.3. Incompetência da Justiça Federal em relação à Petrobrás

Com relação à Petrobrás, sociedade de economia mista, a Justiça Federal não é competente para o julgamento da ação, na forma do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, o que impõe a extinção do feito por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (CPC, artigo 485, inciso IV), tendo-se em vista que o ajuizamento da demanda pelo sistema eletrônico (e-ProcV2) impossibilita que se remeta os autos para a Justiça Estadual, tendo incidência o artigo 16, § 2º, da Resolução 17, de 26-3-2010, deste Tribunal Regional Federal:

Art. 16. Nos casos de incompetência, a petição inicial será indeferida, extinguindo-se o feito sem resolução de mérito.

(...)

§ 2º Nos casos de incompetência superveniente, em que os autos devam ser remetidos a outro juízo ou instância que não disponha de sistema compatível, a secretaria onde tramita o feito providenciará a impressão em papel, autuando na forma dos artigos 166 a 168 do Código de Processo Civil.

Assim, em face da Petrobrás, é caso, igualmente, de extinção de ofício do processo, nos termos do artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Honorários Advocatícios

Honorários advocatícios mantidos em 15% sobre o valor da causa (R\$ 10.000,00), divididos *pro rata* a cada um dos réus e acrescidos de 2% pela atuação dos procuradores da parte ré na fase recursal, a teor do § 11 do artigo 85 do Código de Processo Civil.

Dispositivo

Ante o exposto, voto por, de ofício, reconhecer a ilegitimidade ativa do autor em relação à União, extinguindo o feito sem resolução do mérito na forma do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, bem como reconhecer a incompetência do juízo federal para o julgamento do feito em relação à Petrobrás, extinguindo o processo sem resolução do mérito com base no artigo 485, inciso IV, do mesmo código, prejudicada a apelação da parte autora.

Documento eletrônico assinado por **VÂNIA HACK DE ALMEIDA**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001043421v17** e do código CRC **83968af6**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): VÂNIA HACK DE ALMEIDA
Data e Hora: 5/6/2019, às 13:5:26

5010110-30.2015.4.04.7200

40001043421 .V17